

O EFEITO DO NÍVEL SOCIOECONÔMICO SOBRE AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NA SAÚDE MENTAL AOS 30 ANOS NA COORTE DE PELOTAS DE 1982

PIERRE FERNANDO TIMM¹; CHRISTIAN LORET DE MOLA ZANATTI²,
BERNARDO LESSA HORTA³

¹Acadêmico do 8º semestre da Faculdade de Enfermagem UFPel – pierretimm@gmail.com

²Doutor em Epidemiologia. Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Enfermagem UFPel – chlmz2801@gmail.com

³Doutor em Epidemiologia. Departamento de Medicina Social. Programa de Pós Graduação em Epidemiologia UFPel – blhorta@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As condições econômicas e sociais influenciam decisivamente as condições de saúde da população. Parte da carga das doenças, assim como as iniquidades em saúde, que existem em todos os países são decorrentes das condições nos quais as pessoas vivem, trabalham e onde envelhecem. Assim se torna um conjunto denominado por “determinantes sociais da saúde”. Este termo resume os determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais da saúde deste cidadão (CARVALHO, 2013).

O acesso aos serviços de saúde é diferenciado para os vários grupos. Portanto, os efeitos são decorrentes de problemas na utilização dos recursos disponíveis, sendo por incapacidade do indivíduo, ou seja, por características de organização dos próprios serviços. Explicação é rapidamente derrubada pela constatação de que as desigualdades não desaparecem naqueles países nos quais existem sistemas nacionais de saúde com garantia de acesso universal para todos. Como exemplo que ocorre em diversos países da Europa, no Canadá, na Austrália e etc (BARATA, 2009).

Os transtornos mentais comuns (TMC) são altamente prevalentes e têm sido consistentemente associados a piores condições socioeconômicas em diferentes países. Assim incluindo-se também o Brasil. A população com TMC têm uma maior probabilidade de buscar atendimento em serviços de saúde. Sendo um aspecto fundamental no planejamento e execução de políticas públicas voltadas para a saúde dos indivíduos (LIMA et al, 2008).

Problemas de saúde mental são comuns na atenção primária e são geralmente relacionados à ansiedade e à depressão. Conforme um estudo realizado com os usuários da atenção primária do Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza (Ceará) e Porto Alegre (Rio Grande do Sul), Brasil. Problemas de saúde mental foram especialmente altos em mulheres, desempregados, em pessoas com baixa escolaridade e com baixa renda (GONÇALVES et al, 2014).

2. METODOLOGIA

Em 1982, os nascidos vivos na cidade de Pelotas (Sul do Brasil), foram identificados e suas mães entrevistadas. Em 2012-13, aos 30 anos, os participantes responderam o Mini-International Neuropsychiatric Interview, para o diagnóstico de DM e TAG, e o Self-reported questionnaire para TMC. Estas ferramentas foram aplicadas por psicólogos devidamente treinado. Dados sobre escolaridade, renda individual mensal e índice de bens foram coletados, por entrevistadores treinados e padronizados. Escolaridade foi coletada e analisada



como uma variável contínua representando o número total de anos de estudo, renda mensal familiar foi avaliada de forma contínua como o número total de reais ganhos por todos os membros da família no último mês, e finalmente dados do índice de bens foram avaliados usando o ABEP, e os indivíduos foram classificados como pertencentes aos estratos A, B, C, D, E. Empregou-se modelos de regressão de Poisson, com ajuste da variância robusta, para calcular razões de prevalência (RP), da associação entre sexo e as variáveis de saúde mental (DM, TAG TMC), nesses mesmos modelos avaliamos interação entre sexo e as variáveis socioeconômicas descritas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total foram avaliados 3573 indivíduos. A prevalência total de depressão foi 7,8%, 4,6% para homens e 12,5% para mulheres, de TMC 25%, 20% para homens e 31,5% para mulheres. Independentemente da renda e índice de bens, aos 30 anos, o risco de TMC em mulheres com zero anos de escolaridade foi 1,69 vezes maior do que nos homens ($RP=1,69$ $IC95\%(1,23-2,32)$), porém, por cada ano a mais de escolaridade esse risco diminuiu em 3,1% ($p=0,048$). No estrato com 12 ou mais anos de estudo o risco nas mulheres, comparado aos homens, foi 26% menor, entretanto, o $IC95\%$ inclui a unidade ($RP=0,84$ $IC95\%(0,66-1,08)$), por tanto não podemos excluir que esta associação não seja ao acaso. Comparado aos homens, mulheres sem renda individual tinham um risco 3,68 vezes maior de DM ($RP=3,68$ $IC95\%(2,61-5,20)$) e 3,04 vezes maior de TAG ($RP=3,04$ $IC95\%(2,32-3,99)$), porém, a cada 100 Reais a mais ganhos na renda, esses riscos diminuem em 2,3% ($p=0,022$) e 1,2% ($p=0,035$), respectivamente.

4. CONCLUSÕES

Desigualdades de gênero na saúde mental diminuem na medida que aumenta a escolaridade e a renda.

Existem desigualdades de gênero na saúde mental. Porém, as razões de apresentação destes padrões epidemiológicos não estão bem estabelecidos. Este estudo tenta problematizar como tais padrões são suscetíveis às mudanças socioeconômicas. Sugere que o empoderamento da mulher poderia diminuir as desigualdades em saúde mental e que existem provavelmente papéis de gênero em cada estrato que influenciariam estas desigualdades.



5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, A. I. Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. In **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**. A saúde no Brasil em 2030 - prospecção estratégica do sistema de saúde brasileiro: população e perfil sanitário. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 2. p. 19-38, 2013.

BARATA, RB. Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2009. Temas em Saúde collection. 120 p. 2009.

LIMA, M. C. P. et al. Transtornos mentais comuns e uso de psicofármacos: impacto das condições socioeconômicas. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 4, p. 717-723, 2008

MARAGNO, L.; GOLDBAUM, M.; GIANINI, R. J.; NOVAES, H. M. D; CÉSAR, C. L. G. Prevalência de transtornos mentais comuns em populações atendidas pelo Programa Saúde da Família (QUALIS) no Município de São Paulo, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v. 22, n. 8, p. 1639-1648, 2006.

GONCALVES, D. A. et al. Estudo multicêntrico brasileiro sobre transtornos mentais comuns na atenção primária: prevalência e fatores sociodemográficos relacionados. **Caderno de Saúde Pública** v.30, n.3, p. 623-632, 2014.